

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO CEARÁ (ILPI) PARA RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO (FEICE).

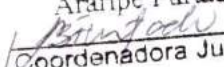
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Considerando a situação de Pandemia do COVID-19 e a preocupação com o crescimento acelerado da doença no país e no Estado do Ceará, tendo em vista que a população idosa tem sido a de maior vulnerabilidade da forma grave da doença e a evolução para óbito, sobretudo entre idosos frágeis, com comorbidades e residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, o uso de equipamentos de proteção individual – EPI tornou-se essencial para a assistência da população idosa e a segurança dos profissionais da saúde e cuidadores. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou no dia 21 de março de 2020 a Nota Técnica nº 05/2020 (GVIMS/GGTES/ANVISA) com orientações para a prevenção e o controle de infecções pelo novo Coronavírus em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Nela ressalta que a população residente nas ILPI é mais vulnerável, com níveis variados de dependência e necessidades complexas. Entre as demais orientações do referido documento, podemos destacar a necessidade de atenção a todos os cuidadores/profissionais que entrarem em contato ou que prestam cuidado aos residentes no sentido de utilizarem os seguintes Equipamentos de Proteção Individual (EPI): óculos de proteção ou protetor facial; máscara cirúrgica (comum); avental; luvas de procedimentos não-estéril e máscara (N95). Os Equipamentos de Proteção Individual a serem adquiridos com recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará - FEICE foram aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI, segundo Resolução Nº 010/2020, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre deliberações aprovadas na reunião ordinária Nº195, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Ceará.

2. DO OBJETO

2.1. O presente edital visa o credenciamento de **Instituições de Longa Permanência para idosos** públicas ou privadas sem fins lucrativos, no Estado do Ceará, para receber os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), a serem adquiridos com recursos oriundos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE), para atender à necessidade temporária e excepcional de interesse público, relacionada à emergência em saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID 19), em caráter complementar.

2.2. As ILPI são um local destinado à moradia, permanente ou temporária, para pessoas idosas. Segundo definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de idosos,

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania. Segundo Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005) as Instituições de Longa Permanência para Idosos –ILPI devem contar com uma equipe multidisciplinar que preste cuidado de acordo com as diversas necessidades de saúde dos residentes (que podem apresentar graus de dependência variável - de um a três - sendo o terceiro o de maior dependência).

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

3.1. São documentos de apresentação obrigatória para a inscrição:

- a) Formulário de Inscrição totalmente preenchido (Anexo I);
- b) Cópia do alvará de funcionamento da ILPI emitido pela Prefeitura do município onde a ILPI está localizada;
- c) Declaração da Instituição de Longa Permanência para Idosos que está inscrita no Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI (declaração de inscrição poderá ter assinatura eletrônica)
- d) Termo de Recebimento dos EPI e compromisso da ILPI credenciada e que dispõe de instalações físicas adequadas à assistência a idosos, acerca da utilização vinculada aos fins do edital (Anexo II)

3.2. Não serão credenciadas as ILPI inscritas que não apresentarem a documentação exigida.

3.3. As ILPI interessadas deverão enviar os documentos listados no item 3.1 para o e-mail da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as pessoas idosas e as pessoas com deficiência – COPID no endereço eletrônico: **copid.ce.gov@gmail.com** no período determinado no anexo III, endereçada a Coordenadora da COPID. Após o recebimento dos documentos a COPID enviará confirmação da inscrição por e-mail. Após o encerramento das inscrições, **não será** permitido acostar documentos posteriores.

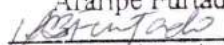
3.4. Os casos omissos serão deliberados pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/CE) em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as pessoas idosas e as pessoas com deficiência – COPID vinculada à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS.

4. DO RECEBIMENTO DOS EPI

4.1. As ILPI credenciadas serão beneficiadas com EPI a partir da publicação da lista de instituições contempladas e deverão seguir as diretrizes contidas no **Plano de Contingenciamento da SPS (Anexo IV)** encontrado em: <https://www.sps.ce.gov.br/2020/03/26/sps-divulga-plano-de-contingencia-para-unidades-de-acolhimento-institucional/>

4.2. Serão disponibilizados EPI tais como: **máscaras PFF2-N95, máscaras triplas, avental longo.**

4.3. As ILPI selecionadas receberão os EPI das Secretarias Municipais de Assistência Social que deverão receber os EPI da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos

Ana Beatriz de Alencar
Araújo Furtado

Coordenadora Jurídica

Humanos – SPS. As entregas serão informadas pelas Secretarias de Assistência Social, pela SPS e pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as pessoas idosas e as pessoas com deficiência – COPID em datas a serem divulgadas pela SPS em seu site oficial e por e-mail.

4.4. A entrega será acompanhada pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/CE.

4.5. A distribuição dos EPI será feita por rateio dividindo-se equitativamente pelo número de idosos residentes assistidos em cada instituição.

5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

5.1. O resultado final do credenciamento será divulgado no site da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS a partir do dia 05 de junho de 2020.

6. DO RECURSO

6.1. A ILPI cuja solicitação de credenciamento for considerada reprovada poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do resultado (Anexo III).

6.2. As razões do recurso deverão ser enviadas para o e-mail indicado no item 3.3, garantindo assim a ampla defesa e o contraditório.

6.3. O recurso será analisado pela COPID e CEDI, que disporão de 2 (dois) dias úteis, contados do seu recebimento, para apreciação e decisão (Anexo III).

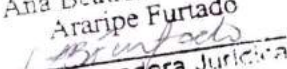
6.4. A ILPI será informada, via e-mail, do resultado da análise do recurso.

6.5. O deferimento do recurso ocasionará a inclusão da recorrente na relação de ILPI credenciadas

Fortaleza, Ceará, 25 de maio de 2020


Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

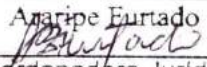
Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS GERAIS			
Nome da Instituição:			
CNPJ			
ILPI Pública () ILPI Privada sem fins lucrativos ()			
Endereço:			
Bairro			
Número:		CEP:	Complemento
Telefone da Instituição:		Celular	
CONTATO			
Nome do Responsável:			
E-mail:			
Cargo:			
Telefone Celular			
Nome de um outro contato			
E-mail:			
Cargo			
Telefone Celular			
Dias e horário de Funcionamento:			
Atividades Realizadas:			

Ana Beatriz de Alencar
Anaripe Eurtado

Coordenadora Jurídica

Público Atendido (número diário/semanal e mensal de idosos):

Descrição e quantificação de todos os ambientes e equipamentos da ILPI

Listar os profissionais de saúde, cuidadores e demais profissionais que trabalham na ILPI

A Instituição possui idosos em condição de vulnerabilidade social (baixa renda, idoso com maior idade, comorbidades, incapacidade funcional e dificuldade a acesso aos serviços de saúde)?

SIM ()

NÃO ()

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado
Ana Beatriz de Alencar
Coordenadora Jurídica

ANEXO II

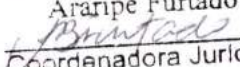
TERMO DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI E COMPROMISSO DA ILPI

Declaro, para fins de recebimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS, que a Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI [identificação da ILPI], dispõe de instalações físicas adequadas à assistência a idosos [número de idosos atendidos] e responsabiliza-se pelo recebimento, transporte e uso adequado dos equipamentos de proteção individual que serão entregues. A ILPI se responsabiliza pelo uso exclusivo dos EPI para assistência aos idosos acolhidos por essa instituição, ciente que é vedada a permuta ou qualquer tipo de comercialização destes EPI.

Local - UF, ____ de _____ de 2020.

(Nome completo e Cargo do Representante Legal da ILPI)

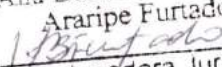
Assinatura

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

ANEXO III

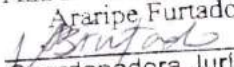
CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES

Período de Inscrição e envio dos documentos	27 a 29 de maio de 2020
Resultado Preliminar	01 de junho de 2020
Prazo para Recurso	02 e 03 de junho de 2020
Análise dos Recursos	04 e 05 junho de 2020
Resultado Final	05 de junho de 2020

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

ANEXO IV

**PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA INFECÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)
NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA
PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS - SPS.**

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria da Proteção Social, Justiça,
Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos*

O Plano de Contingência para infecção do novo Coronavírus (COVID-19) nos Serviços de Acolhimento Institucional

MARÇO DE 2020

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado
Araripe Furtado
Coordenadora Jurídica

Governador

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora

Maria Izolda Cella Arruda Coelho

Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

Secretário Executivo da Proteção Social da SPS

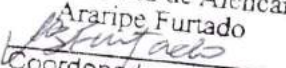
Francisco José Pontes Ibiapina

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da SPS

Sandro Camilo Cavalcante

Coordenadora da Proteção Social Especial da SPS

Monica Regina Gondim Feitoza

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Monica Regina Gondim Feitoza

Sociologa (Coordenadora da Proteção Social Especial da SPS)

Kenile Lopes Julião

Enfermeira (Gestão da Proteção Social da SPS)

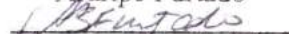
Ana Lysia Mouta da Silva

Assistente Social (Coordenadora da Unidade de Abrigo Tia Júlia)

André Pinheiro Bezerra

Médico Psiquiatra (Assessoria da Secretaria Executiva de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos)

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado


Coordenadora Jurídica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. SOBRE O CORONAVÍRUS - COVID-19
 2. SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
 3. SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO, NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19
 4. SOBRE AS VISITAS E FLUXOS DE PESSOAS NA UNIDADE:
 5. SOBRE OS CUIDADOS E ORIENTAÇÕES AOS PROFISSIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA HIGIENE INDIVIDUAL E COLETIVA E DO AMBIENTE
 6. MEDIDAS DE PREVENÇÃO e SEGURANÇA:
 7. PROTOCOLO AO ACOLHIDO COM SUSPEITA OU CONTAMINADO:
 - 7.1. ACOLHIDO COM SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO:
 - 7.2. ACOLHIDO CONFIRMADO DE CORONAVIRUS:
 8. FUNCIONAMENTO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
- ### REFERÊNCIAS

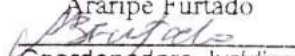
Ana Beatriz de Alencar
Coordenadora Jurídica

APRESENTAÇÃO

O Plano de Contingência para infecção do novo Coronavírus (COVID-19) nos Serviços de Acolhimento Institucional ofertados pelo SPS objetiva, de forma clara e acessível, orientar os profissionais atuantes nas unidades na adoção de medidas preventivas diante da suspeita ou identificação do contágio pelo COVID-19, observando a parametrização epidemiológica informada pelo Ministério da Saúde, bem como as orientações das autoridades sanitárias do Estado do Ceará.

Desta forma, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará, toma as medidas cabíveis para mitigar os efeitos do vírus em nosso Estado, controlando a entrada e disseminação deste nas unidades de acolhimento institucional voltadas para proteção de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, com ou sem deficiência, já tão sofridos pela situação de rompimentos de vínculos familiares e comunitários.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos

Ana Beatriz de Alencar
Araújo Furtado

Coordenadora Jurídica

1. SOBRE O CORONAVÍRUS - COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde - OMS declarou que está em curso uma pandemia do novo agente do Coronavírus – COVID-19, doença que, naquela data, já afetava mais de cem países, dentre eles, o Brasil.

A doença possui como principais características:

- Período de incubação: média de 05 (cinco) dias, podendo chegar a até 14 (quatorze) dias;
- Período de transmissibilidade: verifica-se, em média, por 07 (sete) dias após o aparecimento dos sintomas, havendo, entretanto, dados que sugerem que a transmissão pode ocorrer a partir de enfermos ainda assintomáticos;
- Modo de transmissão: a partir de secreções respiratórias de uma pessoa infectada, bem como pela tosse, no contato próximo de pessoa a pessoa;
- Manifestações clínicas: os sintomas são, especialmente, os de ordem respiratória, podendo o paciente apresentar febre, tosse e dificuldade para respirar;
- Tratamento: Até o momento não existe tratamento específico contra o COVID-19. Os tratamentos ministrados são para o alívio dos sintomas e, até o momento, ainda não existem vacinas para sua prevenção.

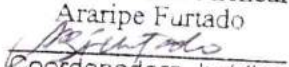
Para auxiliar na prevenção e na identificação de casos de contágio deve-se observar a parametrização epidemiológica informada pelo Ministério da Saúde, bem como seguir as orientações das autoridades sanitárias, que estabelecem as seguintes situações:

Caso Suspeito: febre e, pelo menos, um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar), com histórico de viagens para áreas com transmissão local ou contato próximo de caso suspeito ou confirmado de COVID-19 nos últimos 14 (quatorze) dias;

Caso provável: contato próximo domiciliar de caso confirmado laboratorialmente, que apresente sintomas como febre e/ou qualquer outro sintoma respiratório, dentro de 14 dias após o último contato com o paciente;

Caso confirmado: pessoas com resultado positivo de exame laboratorial e/ou que tem contato próximo domiciliar de caso confirmado laboratorial, que apresentar febre e/ou qualquer sintoma respiratório, dentro de 14 (quatorze) dias após o último contato com o paciente e para o qual não foi possível a investigação laboratorial específica;

Contato próximo: estar a aproximadamente dois metros de um paciente com suspeita de caso por novo Coronavírus, dentro da mesma sala ou área de atendimento, por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual (EPI), como máscaras, luvas, etc. O

Ana Beatriz de Alencar
Araújo Furtado

Coordenadora Jurídica

contato próximo pode incluir: cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado.

Informações constantemente atualizadas sobre o COVID-19 podem ser acessadas na página eletrônica do Ministério da Saúde: www.saude.gov.br/coronavirus.

2. SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

As Unidades de Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são aquelas que ofertam atendimento coletivo em regime integral (24 horas) as pessoas acima descritas, como medida para assegurar sua proteção.

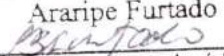
As Unidades de Acolhimento Institucional do SUAS são organizadas por ciclos de vida e situação atendida, podendo destinar-se ao atendimento de diversos públicos, como, por exemplo:

- Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (abrigos e casas-lares)
- Serviços de Acolhimento para Idosos (abrigos/ILPIs e casas-lares)
- Serviços de Acolhimento para pessoas adultas com deficiência (residências inclusivas)
- Serviços de Acolhimento para mulheres vítimas de violência (abrigos)
- Serviços de Acolhimento para adultos e famílias (abrigos, casas de passagem)

3. SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Os serviços de acolhimento, caracteriza-se como um serviço essencial, prestando um atendimento **ININTERRUPTO E IMPRESCINDÍVEL**, sendo incorporado ao Decreto no. 10.282, de 20 de março de 2020, da Presidência da República - Art. 3º *As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º. § 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.*

Para funcionamento do **serviço de acolhimento de crianças e adolescentes**, ressaltamos e consideramos a **Resolução nº 313/2020 (Art. 4º, inciso VII) do Conselho Nacional de Justiça**, que estabelece que pedidos de acolhimento familiar e institucional, bem como de desacolhimento, são matérias que continuarão a ser apreciadas durante o regime de Plantão Extraordinário no âmbito do Poder Judiciário no período emergencial da pandemia do

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

Coronavírus, reforça-se a necessidade da continuidade da oferta dos serviços de acolhimento, adotando as medidas necessárias para garantir a saúde dos acolhidos e dos trabalhadores.

4. SOBRE AS VISITAS E FLUXOS DE PESSOAS NA UNIDADE:

- Cancelamento temporário de todas as atividades comunitárias (reunião, comemorações, oficinas, etc);
- Suspender as visitas aos acolhidos, incluindo visitas de familiares. Nesse caso, as famílias e os acolhidos devem ser informados do motivo de tal restrição, de que a restrição será temporária – apenas enquanto durar a situação de emergência em saúde pública;
- Manter as famílias informadas sobre as medidas de prevenção e sua importância para a prevenção de contaminação;
- Suspender as visitas à unidade de pessoas estranhas ao serviço (estudantes, voluntários, pesquisadores, colaboradores eventuais, entre outros);
- Deve-se viabilizar e incentivar formas de contato com familiares e amigos, por meio da utilização de meios tecnológicos (chamadas telefônicas, mensagens de whatsapp, mensagens de áudios, fotos, vídeos, etc);

5. SOBRE OS CUIDADOS E ORIENTAÇÕES AOS PROFISSIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO RIGOROSA DA HIGIENE INDIVIDUAL E COLETIVA E DO AMBIENTE DESDE A ENTRADA NA INSTITUIÇÃO:

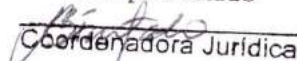
5.1 Profissionais da Recepção

- Proibida a circulação de acolhidos na recepção;
- Recebimento de mercadoria e de doações;
- Disponibilizar o lavabo da recepção (se existente) para higienização das mãos, ou utilizar álcool-gel;
- Responsável pelo controle da entrada de todas as pessoas autorizadas;
- Manter ventilação natural no ambiente e diminuir o uso de condicionadores de ar ao estritamente necessário;
- Solicitar a TODOS (equipe, visitantes e fornecedores) a lavagem das mãos com água e sabão orientando a lavagem correta das mãos;
- Medir e registrar a temperatura de TODOS que entram na casa por aferição sem toque através de scanner de temperatura, seguindo Protocolo de entrada para permitir (SE TEMPERATURA MENOR QUE 37,5 GRAUS CELSIUS) ou não (SE TEMPERATURA MAIOR QUE 37,5 GRAUS CELSIUS) a entrada, especialmente no Abrigo Tia Julia e no Abrigo de Idosos Olavo Bilac;

5.1.1 Protocolo de entrada

- Medir a temperatura, se tiver abaixo de 37.5 graus celsius seguir o procedimento. Se tiver acima desse valor informar que não será permitida a permanência na Casa;

Ana Beatriz de Alencar
Araújo Furtado


Coordenadora Jurídica

- Solicitar para lavar as mãos no lavado da recepção (se disponível) ou usar álcool-gel;
- Reforçar os procedimentos de higiene e desinfecção de utensílios, equipamentos e ambientes;

5.2 Profissionais da Equipe de Limpeza

- Limpar e desinfetar equipamentos e materiais existentes no quarto;
- Limpar e desinfetar os quartos;
- Limpar o piso com pano úmido;
- Utilizar materiais e métodos adequados para varrer sem provocar suspensão de poeira no ar;
- Higienizar mesa, telefone, telefone celular, teclado de todos os setores;
- Higienizar maçanetas e barras de apoio com frequência, utilizar água sanitária diluída em água. Misturar 250ml de água sanitária com 5 litros de água com recomendação de:
 - Usar menores porções para evitar desperdícios;
 - Evitar guardar o que sobrar da mistura;
- Coletar lixo e cestos e desinfetar. As lixeiras devem ser esvaziadas regularmente, sobretudo se contiverem lenços e material utilizados para expectoração ou higiene da tosse;
- Lavar e sanitizar os banheiros;
- Lavar janelas, telas e venezianas;
- Lavar paredes, retirando manchas e sujidades junto a espelhos de interruptores, puxadores de portas e maçanetas;
- Limpar todas as superfícies, internas e externas dos móveis;
- Manter ventilação natural nos ambientes e diminuir o uso de condicionadores de ar ao estritamente necessário;

5.3 Profissionais de Enfermagem (quando existente no corpo técnico da unidade)

5.3.1 Enfermeira

- Elaborar plano de trabalho, observando programação estabelecida;
- Elaborar plano de assistência ao idoso ser prestada pela equipe nas 24 horas (Serviços de Acolhimento para Idosos - abrigos/ILPIs e casas-lares);
- Prestar assistência direta de enfermagem ao idoso dependente (Serviços de Acolhimento para Idosos - abrigos/ILPIs e casas-lares);
- Manter ventilação natural nos ambientes e diminuir o uso de condicionadores de ar ao estritamente necessário;
- Atualizar a situação vacinal para influenza e doença pneumocócica conforme indicação, para residentes e funcionários;
- Orientar o uso apropriado da máscara ajustando à face para garantir sua eficácia e reduzir o risco de transmissão;
- Todos os profissionais devem ser orientados sobre como usar, remover, descartar e na ação de higiene das mãos antes e após o uso;
- Cuidar da saúde mental dos idosos. A comunicação pessoal afetuosa pode aliviar a

Ana Beatriz de Alencar
 Arlene Furado
 Coordenadora Jurídica

ansiedade. Tentar manter as rotinas e a vida normal, guardadas as precauções (Serviços de Acolhimento para Idosos - abrigos/ILPIs e casas-lares);

5.3.2 Técnico de enfermagem

- Verificar sinais vitais (temperatura, pulso, respiração (TPR) e pressão arterial (PA) do residente durante o período da manhã e noite atentar-se às alterações de temperatura;
- Fazer curativos, aplicar/administrar medicamentos, auxiliar em outros procedimentos necessários;
- Prestar cuidados de higiene, alimentação e conforto do residente;
- Atender aos residentes em suas necessidades e solicitações;

5.3.3 Auxiliar de enfermagem

- Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados de enfermagem prestados;
- Zelar pela manutenção da limpeza e ordem em seu ambiente de trabalho;
- Manter os responsáveis pela instituição permanentemente informados, monitorando a situação da epidemia e a ela respondendo.

5.4 Cuidadores

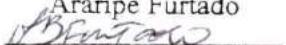
- Trocar de roupa assim que chegar ao trabalho antes de ter contato com o acolhido, em especial os idosos;
- Higienização frequente das mãos;
- Evitar manusear o celular (salvo para atividades lúdicas promovidas por suporte psicológico em especial ao abrigo Tia Júlia);
- Evitar beijos e abraços;
- Evitar circulação em ambientes fechados, preferindo lugares abertos e ventilados;
- Comunicar imediatamente se apresentar sintomas de resfriado ou gripe;
- Fazer uso da máscara

5.5 Profissionais de Lavanderia

- Coletar a roupa suja da Instituição;
- Separar as roupas e Lavar em primeiro lugar roupas e pertences de suspeitos de corona vírus. O mesmo vale para peças de cama, toalhas etc;
- Realizar lavagem, secagem, passagem e dobragem de roupas;

5.6 Profissionais de Cozinha e Refeitório

- Reforçar lavagem de mãos;
- Manter o ambiente ventilado naturalmente;
- Dividir os moradores em turmas durante horário de refeição;
- Higienização mais frequente evitando falar sobre os alimentos durante o preparo, em especial os servidos crus ou *in natura*. Cozinhar bem carnes;
- Copos e talheres não devem ser compartilhados. No caso de infecção ou suspeita, a lavagem de talheres precisa ser feita com uma esponja que também não seja usada

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

em outros copos/talheres da casa. A pessoa que for lavar esses itens também precisa usar luvas;

- Evitar o uso compartilhado de garrafas de água portáteis;
- O manuseio da alimentação deve ser realizado apenas pelas cozinheiras (dia e noite), que servirão as refeições das crianças e funcionários;

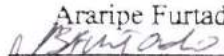
5.6 Profissionais Administrativos e Gerenciais

- Manter os protocolos atualizados e registros dos mesmos bem como o informe a autoridade sanitária dos casos suspeitos ou confirmados por meio de notificação;
- Promover regularmente educação básica atualizada em saúde para funcionários, como conhecimento do vírus e treinamento em boa higiene, por meio de oficinas, rodas de conversas, cartazes e lembretes;
- Prover, preparar e gerenciar itens de prevenção e controle, como termômetros, máscaras, produtos de limpeza para mãos (sabão, álcool 70° ou outra solução desinfetante, álcool gel para as mãos etc.), lenços e toalhas de papel;
- Cuidar das necessidades psicológicas e de apoio da equipe, além dos residentes da instituição, mantendo comunicação e encorajamento constantes. Encaminhar para suporte psicológico os colaboradores e residentes de acordo com as demandas apresentadas.

Dica de produtos para a desinfecção de superfícies:

HIPOCLORITO DE SÓDIO (ÁGUA SANITÁRIA): o coronavírus pode ser eliminado eficientemente com hipoclorito de sódio a 0,1%. O hipoclorito de sódio é o princípio ativo da água sanitária disponível em supermercados e outros estabelecimentos comerciais. No Brasil, a água sanitária é comercializada na concentração de 2,0 a 2,5%. Considerando a concentração de 2%, para preparar um litro de hipoclorito de sódio a 0,1%, usando água sanitária, deve proceder da seguinte forma:

- Medir 50 ml de água sanitária, equivalente a um terço de um copo lagoinha (americano);
- Antes de preparar, verificar o prazo de validade da água sanitária;
- Colocar a água sanitária em um recipiente de 1 litro com tampa e completar o volume com água filtrada até a marca de 1 litro;
- Tampar o recipiente e agitar cuidadosamente para misturar a água e a água sanitária;
- Manter ao abrigo da luz e usar em menor tempo possível;

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

6. MEDIDAS DE PREVENÇÃO e SEGURANÇA:

- Viabilizar a vacinação contra gripe (H1N1) para todos os acolhidos e profissionais das unidades.
- Adquirir, prioritariamente para Unidade de Abrigo de Idosos e Unidade de Abrigo Tia Júlia, Termômetro LASER Digital Infravermelho, ideal para medições de temperatura evitando acidentes devido possibilitar a medição de temperatura sem contato.
- Sinalizar as unidades com cartazes educativos. Ex: desinfecção e higienização das mãos com Álcool gel 70% e Lavagem das mãos com água e sabão.
- Viabilizar todo Equipamento de Proteção Individual – EPI para os profissionais das unidades.

Recomenda-se o uso dos seguintes EPI:

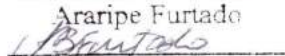
- **Máscara Cirúrgica** em exposições eventuais de baixo risco;
- **Máscara Respirador N95**, ou PFF2, preferencial nas exposições por um tempo mais prolongado e procedimentos com risco de geração de aerossóis: intubação traqueal; aspiração nasofaríngea e nasotraqueal; broncoscopia; autópsia envolvendo tecido pulmonar; coleta de espécime clínico para diagnóstico de doenças respiratórias, dentre outros;
- **Protetor Ocular** (óculos de segurança) quando houver risco de exposição do profissional a respingo de sangue, secreções corporais e excreções. Os óculos devem ser exclusivos de cada profissional responsável pela assistência, devendo, após o uso, sofrer processo de limpeza com água e sabão/ detergente e desinfecção. Sugere-se a desinfecção por fricção com álcool 70% após cada uso ou outro desinfetante recomendado pelo fabricante;
- **Luvas de Procedimento**: devem ser utilizadas, conforme recomendada nas precauções padrão, quando houver risco de contato das mãos do profissional com sangue, fluidos corporais, secreções, excreções, mucosas, pele não íntegra e artigos ou equipamentos contaminados;
- **Capote/Avental** Impermeável Descartável.

IMPORTANTE:

Em nenhuma hipótese o EPI deve ser compartilhado entre os trabalhadores.

Usar máscaras quando não indicado pode gerar custos desnecessários e criar uma falsa sensação de segurança. A máscara deve estar apropriadamente ajustada à face para garantir sua eficácia e reduzir o risco de transmissão.

- Viabilizar apoio psicológico a equipe de profissionais, durante o período da pandemia, objetivando o conforto e segurança no desempenho da função.
- Fortalecer as unidades com material didático e de entretenimento, conforme o perfil de cada unidade de serviço.
- Estruturar um espaço de isolamento para os casos suspeitos, na Unidade de Abrigo Tia Júlia, na Residência Inclusiva 5 e na Unidade de Abrigo de Idosos.
- **CASO QUE SE ENQUADRE NA DEFINIÇÃO DE SUSPEITO** , deve ser tomado as medidas de

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

vigilância epidemiológica e de socorro, comunicando imediatamente a secretária de saúde.



7. PROTOCOLO AO ACOLHIDO COM SUSPEITA OU CONTAMINADO:

Caso Suspeito

Situação 1: Febre¹ E pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) e histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a OMS, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 2: Febre¹ E pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) e histórico de contato próximo de caso suspeito para o coronavírus (2019-nCoV), nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 3: Febre¹ OU pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) E contato próximo de caso confirmado de coronavírus (2019-nCoV) em laboratório, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

¹ Febre pode não estar presente em alguns casos como, por exemplo, em pacientes jovens, idosos, imunossuprimidos ou que em algumas situações possam ter utilizado medicamento antitérmico. Nestas situações, a avaliação clínica deve ser levada em consideração e a decisão deve ser registrada na ficha de notificação.

Entende-se como **contato próximo** uma pessoa envolvida em qualquer uma das seguintes situações:

1. Estar a dois metros de um paciente com suspeita de caso por 2019-nCoV, dentro da mesma

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado
[Assinatura]
Coordenadora Jurídica

sala ou área de atendimento (ou aeronaves ou outros meios de transporte), por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual.

2. Cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver em uso do EPI recomendado.

Caso Provável de Infecção Humana

Caso suspeito que apresente resultado laboratorial inconclusivo para 2019-nCoV OU com teste positivo em ensaio de pan-coronavírus.

Caso Confirmado de Infecção Humana

Indivíduo com confirmação laboratorial conclusiva para o novo Coronavírus (2019-nCoV), independente de sinais e sintomas.

Caso Descartado de Infecção Humana

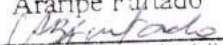
Caso que se enquadre na definição de suspeito e apresente confirmação laboratorial para outro agente etiológico OU resultado negativo para 2019-nCoV.

Caso Excluído de Infecção Humana

Caso notificado que não se enquadrar na definição de caso suspeito. Nessa situação, o registro será excluído da base de dados nacional.

ATENDIMENTO AO PACIENTE CONTAMINADO

- Higiene das mãos com preparação alcoólica frequentemente;
- Obrigatório o uso, pelo profissional, de máscara facial com filtro de proteção respiratória com eficácia mínima na filtração de 95% de partículas de até 0,3 um (tipo N95, N99, N100, PFF2, PFF3);
- Touca;
- Óculos de proteção;
- Avental impermeável de mangas longas;
- Luvas de procedimento;

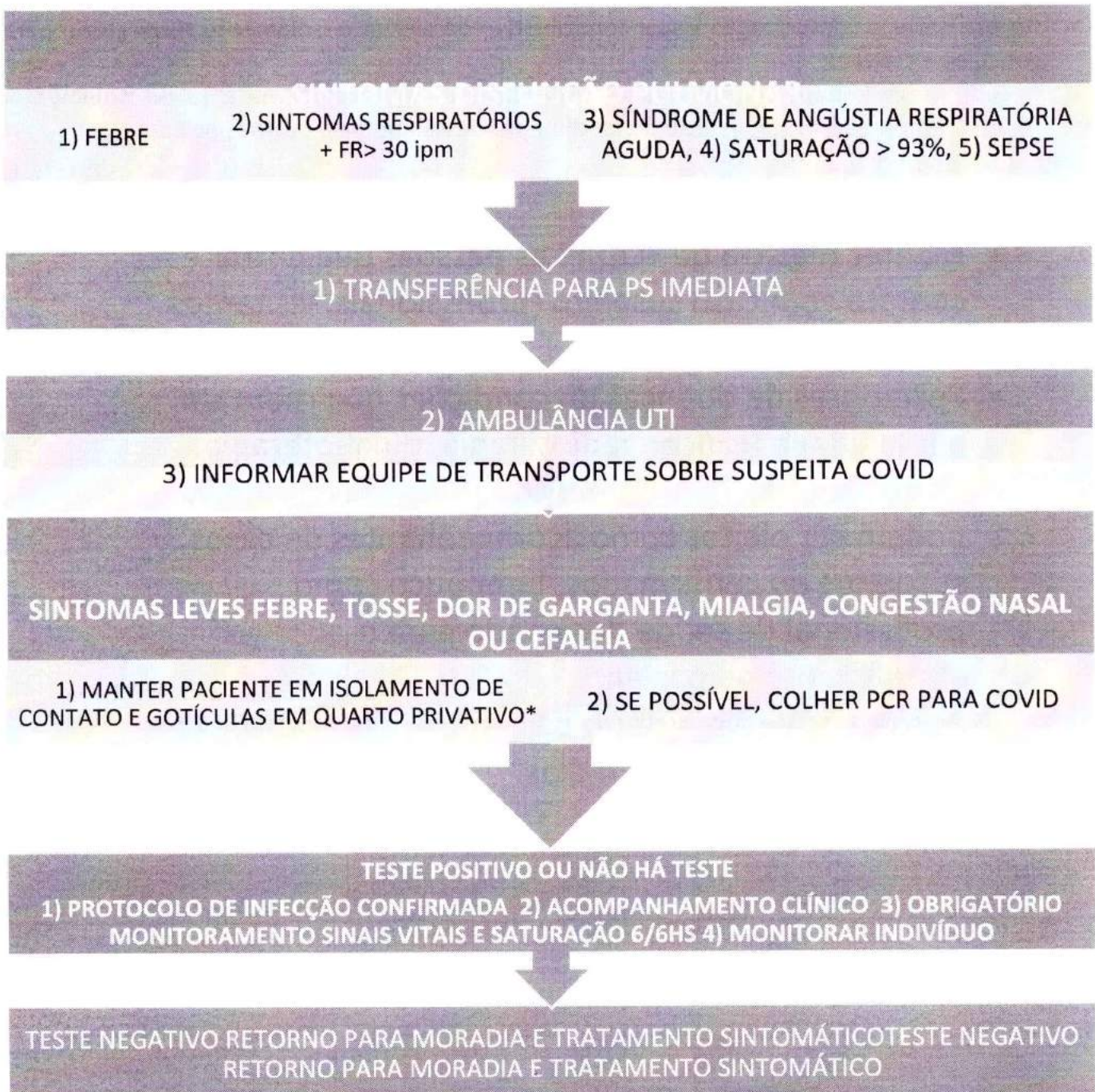
Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

7.1. ACOLHIDO COM SUSPEITA DE CONTANIMAÇÃO:

ACOLHIDO COM FEBRE E SINTOMAS GRIPAIS ?

SIM

MÁSCARA CIRÚRGICA NO ACOLHIDO E TRANSFERÊNCIA PARA ÁREA DE ISOLAMENTO



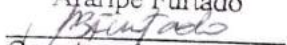
7.2. ACOLHIDO CONFIRMADO DE CORONAVIRUS:

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Pacientes com casos confirmados de Coronavírus, sem critérios de internação hospitalar, que receberam alta hospitalar e forem orientados a retornar para o residencial, deverão permanecer em quartos privativos;
- Se for impossível garantir um quarto para que cada caso suspeito permaneça em isolamento, definir um espaço reservado temporariamente para este fim;
- Deverá haver a comunicação visual com objetivo de alertar o isolamento respiratório para gotículas e contato;
- Deverá ser determinado profissionais específicos para trabalhar na área de isolamento, sendo preferencialmente, vetado o atendimento desta equipe a outros pacientes.

Observações:

- Manter registro de TODAS as pessoas que entrar e contato com caso suspeito (profissionais, visitantes ou familiares)
- Portadores de doenças ou condições que reduzam a imunidade (câncer, radioterapia, quimioterapia, transplantados, portadores de HIV e grávidas) não podem ser eleitos como acompanhantes de casos suspeitos ou confirmados, tampouco como profissional de saúde designado para o atendimento ao paciente
- Recomenda-se manter o paciente em precauções e quarto privativo por 14 dias.

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

CASO CONFIRMADO SEM CRITÉRIOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

ISOLAMENTO DO ACOLHIDO

DETERMINAR EQUIPE DE PROFISSIONAIS FIXA PARA ASSISTÊNCIA AO RESIDENTE

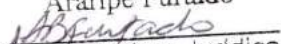
PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS 1) ISOLAMENTO RESPIRATÓRIO(MÁSCARA PFF2 OU N95); 2) USO DE LUVAS, GORRO, AVENTAL DESCARTÁVEL E ÓCULOS DE PROTEÇÃO; 3) REALIZAR HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS RESPEITANDO 5 MOMENTOS; 4) EQUIPAMENTOS PARA USO EXCLUSIVO DO PACIENTE: ESTETOSCÓPIO, APARELHOS DE PRESSÃO E TERMÔMETRO; 5) SEPARAÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA USO RESTRITO DO MORADOR.

PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS 1) ISOLAMENTO RESPIRATÓRIO(MÁSCARA PFF2 OU N95); 2) USO DE PROTEÇÃO DOS DE MAIS RESIDENTES 1) PACIENTE DEVERÁ FICAR RESTRITO EM QUARTO VENTILADO E PORTA FECHADA; 2) PROIBIR TRANSPORTE PARA ÁREAS EXTERNAS E PASSEIOS; 3) PROIBIR VISITAS; 4) EM CASOS EXCEPCIONAIS, O VISITANTE DEVERÁ USAR MÁSCARA, AVENTAL E LUVAS QUANDO ESTIVER NO QUARTO COM PACIENTE; 5) PROIBIDA PERMANÊNCIA DE ACOMPANHANTES DURANTE PROCEDIMENTOS QUE GEREM AEROSSÓIS.

Ana Beatriz de Alencar
Araújo Furtado
Ana Beatriz de Alencar Araújo Furtado
Coordenadora Jurídica

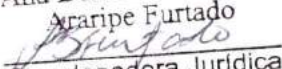
8. Funcionamento das equipes de profissionais das unidades de Acolhimento Institucional:

- A permanência das equipes técnicas e dos diretores das unidades de acolhimentos nos respectivos equipamentos fica restrita, utilizando-se de rodízio, no sentido de reduzir o fluxo de pessoas na unidade, SEM comprometer a continuidade e qualidade aos atendimentos.
- A equipe de profissionais das unidades de acolhimento deve utilizar material de proteção pessoal, tais como máscaras faciais, luvas e congêneres, e de higienização, como sabonete líquido e álcool em gel, respeitando, assim, as medidas de higiene e prevenção ao novo Coronavírus (COVID-19).
- Na eventualidade de descumprimento da escala, o profissional deverá ser imediatamente comunicar seu impedimento a direção da unidade, para tomada de providências cabíveis e substituição do profissional, sem danos para o serviço.
- Os profissionais com idade superior ou igual a 60 (sessenta) anos deverão comunicar oficialmente à direção da unidade a sua condição de excepcionalidade para afastamento das atividades.
- O afastamento de qualquer profissional por suspeita ou confirmação de contaminação pelo novo Coronavírus (COVID-19) deverá ser feito mediante a apresentação de atestado médico e/ou exame comprobatório.
- A Secretaria apoiará o deslocamento dos profissionais plantonistas, facilitando seu acesso a unidades.

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

REFERÊNCIAS

- Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus 2019nCoV. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. p. 22.
- Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília; 2020.
- Plano de Ação para ILPI's, disponível em (<https://ilpi.me/>);
- Comissão Especial COVID-19 Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Recomendações para Prevenção e Controle de infecções por coronavírus (SARS-Cov-2) em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)- 17/03/20;
- Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm);
- Ministério da Cidadania/Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - Nota Pública – Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento. Disponibilizada em 20/03/2020, Processo no. 71000.018129/2020-74;
- Resolução Conselho Nacional de Justiça no. 313, de 19 de março de 2020 (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Resolucao-n-313-5.pdf>);
- Decreto no. 10.282, de 20 de março de 2020 – regulamenta a Lei no. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm);
- Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – Nota de Esclarecimento e Orientação aos Gestores Municipais Sobre as Medidas para o Enfrentamento e Contenção da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (<https://www.sps.ce.gov.br/2020/03/17/coronavirus-sps-orienta-gestores-municipais-sobre-acoes-da-rede-socioassistencial/>);

Ana Beatriz de Alencar
Araripe Furtado

Coordenadora Jurídica

